Razões de recurso:

I – BREVE HISTÓRICO

O enunciado da questão de n.º 03, da prova tipo 2 - VERDE, tem os seguintes dizeres, *in verbis*:

Questão 3 (Prova Tipo 02 - VERDE) – Guilherme é bacharel em Direito, não inscrito na OAB como advogado. Ao se deparar com situações de ilegalidade que ameaçam a liberdade de locomoção de seus amigos César e João, e com a situação de abuso de poder que ameaça direito líquido e certo de seu amigo Antônio, Guilherme, valendo-se de seus conhecimentos jurídicos, impetra habeas corpus em favor de César na Justiça Comum Estadual, em 1ª instância, habeas corpus em favor de Antônio, perante o Tribunal de Justiça, em 2ª instância, e mandado de segurança em favor de João, na Justiça Federal, em 1ª instância.

Considerando o que dispõe o Estatuto da OAB acerca da atividade de advocacia, assinale a alternativa correta.

- A) Guilherme pode impetrar habeas corpus em favor de César, mas não pode impetrar habeas corpus em favor de Antônio, nem mandado de segurança em favor de João.*
- B) Guilherme pode impetrar habeas corpus em favor de César e Antônio, mas não pode impetrar mandado de segurança em favor de João.*
- C) Guilherme pode impetrar habeas corpus em favor de César e Antônio, e também impetrar mandado de segurança em favor de João.*
- D) Guilherme pode impetrar mandado de segurança em favor de João, mas não pode impetrar habeas corpus em favor de César e Antônio.*

No gabarito preliminar, inicialmente, foi dada como **correta** a assertiva contida na letra “B”, a saber:

B) Guilherme pode impetrar habeas corpus em favor de César e Antônio, mas não pode impetrar mandado de segurança em favor de João.

Posteriormente, a FGV divulgou um “comunicado” informando acerca da “republicação” do gabarito preliminar, apontando suposto erro material no gabarito anteriormente publicado, e retificando a resposta da questão em comentário como sendo a letra “A”, nos seguintes termos:

A) Guilherme pode impetrar habeas corpus em favor de César, mas não pode impetrar habeas corpus em favor de Antônio, nem mandado de segurança em favor de João.

Por derradeiro, no mesmo comunicado, a banca examinadora alega, ainda, que referida retificação se fez necessária por se tratar de “mero erro material e sanável até a divulgação do resultado preliminar da prova objetiva”, e que “a correção (da prova) será realizada com base no gabarito retificado (...)”.

II – DA NULIDADE DA QUESTÃO 03 (PROVA TIPO 02 – VERDE)

II.I – Da previsão legal acerca da questão recorrida

Preclara Banca Recursal,

De início, há que se considerar a orientação constante do enunciado da questão, onde se lê, *in verbis*:

Considerando o que dispõe o Estatuto da OAB acerca da atividade de advocacia, assinale a alternativa correta.

Tem-se, pois, que a resposta do candidato deve considerar as disposições da Lei n.º 8.906, de 1994 – Estatuto da Advocacia e da OAB, que preconiza em seu art. 1º, § 1º:

EAOAB, art. 1º, § 1º Não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal.

(destacamos).

Logo, Doutos integrantes da banca recursal, em obediência ao comando contido no enunciado da questão, no sentido de se responder com base na lei em comento, resta evidente e insofismável que a impetração de *habeas corpus*, seja no primeiro, seja no segundo grau de jurisdição, de acordo com o EAOAB, repise-se, não constitui atividade privativa de advocacia, sendo, pois, perfeitamente possível de ser praticada pelo protagonista da questão, quem seja, o bacharel em Direito Guilherme.

Considerar qualquer outra possibilidade fora da previsão contida no EAOAB, notadamente em seu art. 1º, § 1º, é ferir de morte a determinação contida no enunciado da questão, o que obviamente esta preclara banca recursal não pode admitir.

De outro lado, caso seja respeitado o enunciado da questão, não resta outra alternativa senão buscar na clareza do texto legal do Estatuto da Advocacia e da OAB para que se chegue à conclusão de que a impetração de *habeas corpus*, seja no juízo monocrático, seja no segundo grau, não pode ser considerada atividade privativa de advocacia, estando, pois, errada a assertiva apontada como correta, no comunicado que retificou o gabarito preliminar.

Não há dúvida de que a única resposta possível, em se “*considerando o que dispõe o Estatuto da OAB acerca da atividade de advocacia*”, é a letra B.

II.II – Da imprecisão técnica existente na questão desafiada

Caso o recurso não seja admitido em razão da nulidade apontada supra, o que só em tese se admite, referida questão, outrossim, não primou pela boa técnica redacional, merecendo, também por isso, ser anulada.

É que, ainda que se admitisse desconsiderar a previsão legal contida no art. 1º, § 1º, do EAOAB, *ad argumentandum*, ainda assim a assertiva B não estaria tecnicamente correta. Vejamos:

É que Guilherme sempre **poderá** impetrar *habeas corpus*, em qualquer instância. Talvez o que o examinador gostaria de ter perguntado (e não o fez, por impropriedade técnica), é se referido remédio constitucional seria ou não recebido como tal pelo juízo competente, após a verificação de seus pressupostos de validade.

PODER ele pode impetrar, em toda e qualquer situação. Se o *habeas corpus* impetrado preenche os pressupostos de validade, e se será conhecido ou não, é verificação que se faz após a impetração. Logo, já foi impetrado.

Não foi feliz o examinador, absolutamente, ao afirmar que Guilherme “*não pode impetrar habeas corpus em favor de Antônio*” (letra B), porque a possibilidade de impetração, como dito, está **sempre** presente, merecendo a questão ser anulada, também sob esta ótica.

Em razão do exposto, o(a) Recorrente requer desta Douta Banca Recursal:

I – Seja declarada a **NULIDADE** da questão n.º 03, da prova tipo 2 – VERDE, dadas as flagrantes nulidades ora apontadas.

II – Não sendo este o entendimento da D. Banca Recursal, requer seja reconhecido o erro

material supra, com a conseqüente **RETIFICAÇÃO DO GABARITO**, considerando-se correta a assertiva “B”, conforme anteriormente divulgado, esta assertiva sim, condizente com os ditames do art. 1º, § 1º, do EAOAB, e não a assertiva “A”, cujo erro é evidente e insofismável, nos exatos termos da lei.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Belo Horizonte...